

AS RESPONSABILIDADES E A AUTORIDADE DOS COMPONENTES DO PODER POLÍTICO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DEFESA: NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE UMA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA E SEGURANÇA NA CREDEN DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Prof. Eduardo Siqueira Brick, PhD

UFFDEFESA – Núcleo de Estudos de Defesa, Inovação, Capacitação e Competitividade Industrial

1. O CONTEXTO DO PROBLEMA

É do Executivo, por meio do Ministério da Defesa (MD), a responsabilidade principal para a elaboração da Política (PND) e Estratégia (END) Nacionais de Defesa, inclusive do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN).

É amplamente reconhecido que nenhuma política pública, em especial a de defesa, pode prescindir de contribuições dos representantes do povo brasileiro que compõem o Congresso Nacional.

O Congresso exerce papel importante na aprovação do orçamento de defesa, de leis que organizam e condicionam o funcionamento das instituições que cuidam da defesa e, também, dos documentos de alto nível para o planejamento da defesa, acima citados.

Portanto, é essencial que uma parcela dos congressistas procure se manter atualizada e se aprofundar nas questões substantivas relacionadas à defesa do país, para que possam melhor desempenhar esse papel.

Outra forma de participação do Congresso em questões de defesa se dá através dos Presidentes da Câmara e do Senado, que são membros natos do Conselho de Defesa Nacional (CDU).

A instrumentalização do CDU para que possa ter um papel proativo na formulação de políticas de defesa, principalmente via a elaboração de uma Estratégia Nacional de Defesa e Segurança (ENDS), foi objeto de recomendação do Centro de Defesa & Segurança Nacional (CEDESEN), já encaminhado aos presidentes da Câmara e do Senado.

Uma Estratégia Nacional de Defesa e Segurança (ENDS), seria o documento de mais alto nível da defesa, que definiria e priorizaria as contingências possíveis e as correspondentes capacidades operacionais de combate e de logística de defesa para enfrentá-las, que representaria um efetivo comprometimento do Estado com os orçamentos de defesa factíveis, por um período de tempo compatível com esses objetivos, e que também conteria orientações de caráter mais geral, coerentes com outras estratégias setoriais, que condicionariam o preparo da defesa

Dessa forma, as comissões permanentes voltadas para a defesa nacional no Congresso também têm um papel muito importante na própria concepção e formulação de políticas de defesa, pois são naturais fontes de apoio e assessoria à atuação dos Presidentes da Câmara e do Senado na CDU.

Na atual estrutura do Congresso, os parlamentares que têm interesse em questões de defesa, procuram participar das duas comissões especializadas em que o tema se enquadra. A

saber, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN), na Câmara dos Deputados, e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), do Senado Federal.

Entretanto, existem fortes evidências de que a defesa nacional recebe uma atenção muito aquém do mínimo que seria necessário para que o Congresso possa exercer o seu papel em decisões estratégicas envolvendo a defesa do país. Por exemplo, os documentos de alto nível da defesa (PND, END e LBDN) sequer tem sido analisados e não existem Subcomissões Permanentes, nem temporárias ou especiais, tanto na CREDEN, quanto na CRE, para cuidar da defesa nacional de forma ampla¹.

2. SUGESTÃO PARA A CREDEN

Para que a CREDEN da Câmara dos Deputados possa ter melhores condições de acompanhar os principais temas relacionados com a Defesa e a Segurança Nacional, que dependam de suas decisões, inclusive as relacionadas a alocações orçamentárias para defesa, aprovação dos documentos de alto nível e programas de investimentos originados do MD e aquelas tomadas no âmbito do próprio CDN, de forma a poder exercer o seu importante papel no processo decisório de alto nível da defesa, seria essencial a existência de um foro permanente na CREDEN, vocacionado a esse fim.

Como se pode ver no Anexo, nenhuma das atuais e passadas subcomissões da CREDEN possuem essa característica.

Assim, seria muito importante que fosse criada na CREDEN uma Subcomissão de Defesa e Segurança Nacional (Permanente), que agregasse os parlamentares mais afeitos a essa temática, para que fosse dedicada uma atenção mínima necessária às questões de defesa e segurança nacional.

Por serem as questões relacionadas à defesa e segurança, vitais e estratégicas para o país, extremamente complexas e multifacetadas, com grande impacto em vários outros setores, inclusive e principalmente para o desenvolvimento industrial e científico do Brasil, seria essencial que essa comissão pudesse contar com assessoria das melhores cabeças do país. Este envolvimento direto de especialistas e pessoas eminentes da sociedade, não pertencentes às corporações do Estado, não só serviria como um filtro a possíveis omissões, erros e vieses, como contribuiria para um maior apoio da sociedade às ações do Estado voltadas para a defesa.

¹ As atuais e passadas subcomissões da CREDEN estão relacionadas no Anexo.

ANEXO

1. SUBCOMISSÕES DA CREDEN DA CÂMARA

SUBCOMISSÕES ATIVAS

PERMANENTES:

Subcomissão permanente sobre políticas migratórias

Subcomissão permanente sobre indústria nacional de defesa e parcerias internacionais na área de defesa nacional

Subcomissão permanente para acompanhar os acordos firmados com organismos internacionais

ESPECIAIS:

Subcomissão especial para acompanhamento à aquisição das vacinas e insumos ao enfrentamento da pandemia de covid-19

Subcomissão especial sobre a entrada do Brasil na OCDE

Subcomissão especial em apoio às operações especiais das forças armadas

SUBCOMISSÕES EXTINTAS

PERMANENTES:

Subcomissão Permanente para Acompanhar os Projetos Estratégicos das Forças Armadas - 2013

Subcomissão Permanente dos Movimentos Migratórios no País - 2013

Subcomissão Permanente para a CPLP - 2013

Subcomissão Permanente para Acompanhar os Projetos Estratégicos das Forças Armadas e Aspectos Relacionados às Fronteiras Brasileiras - 2015

Subcomissão Permanente sobre Migração - 2015

Subcomissão Permanente de Comércio Exterior - 2015

ESPECIAIS:

Subcomissão Especial para a COP 19 - 2013

Subcomissão Especial para Acompanhar a Política Salarial dos Militares da Ativa e da Reserva (SUBSALAR) - 2015

Subcomissão Especial de Cooperação Inter-regional - 2015

Subcomissão Especial sobre Cooperação Cultural, Científica e tecnológica - 2015

Subcomissão Especial Destinada a Discutir e Propor Alterações nos Códigos Penal e de Processo Penal militar - 2016

Subcomissão Especial para Acompanhar Aspectos Relacionados às Fronteiras - 2019

Subcomissão Especial de Comércio Exterior - 2019

Subcomissão Especial para Tratar do Uso Comercial do Centro de Lançamento de Alcântara - 2019